

Pastore interrompe acordo sobre dívida

Nova Iorque — As negociações entre o Brasil e o Comitê de 14 bancos internacionais para reestruturar a dívida brasileira numa base plurianual foram interrompidas ontem, até o próximo dia 28, devido ao impasse quanto à taxa de risco (spread). O Brasil pede sete oitavos sobre a libor e como os bancos não concordaram, Pastore e sua equipe decidiram voltar ontem mesmo ao Brasil para consultas.

Ainda sem entrar em muitos detalhes, o presidente do Banco Central ressaltou que a diferença entre as taxas pedidas pelo Governo brasileiro e as oferecidas pelos bancos se têm estreitado. Ele disse que, no momento, a carência pedida pelo Brasil é maior do que seis anos, com uma janela de sete anos, durante a qual o país irá, progressivamente, pagando amortizações maiores. O total negociado por Pastore, sem incluir os bancos brasileiros, vai a 45,3 bilhões de dólares (com os bancos brasileiros, o total da dívida que vence até 1991 é de 52 bilhões).

Prazo

Em entrevista coletiva no Banco do Brasil, Pastore disse que além do spread outro ponto pendente é o prazo final para o pagamento. O reescalonamento é superior a 16 anos, mas uma vez que se chegue a um acordo quanto às taxas, o resto será fácil de acertar, frisou ele. "O problema é que quando existe um ponto não fechado, qualquer outro ponto da negociação pode ser reaberto", lembrou o presidente do BC.

Pastore, como fez da primeira vez que interrompeu as negociações, a de 22 dezembro, disse que a negociação visa ajustar o perfil da dívida para evitar concentrações de vencimentos em alguns anos, como ocorre hoje. Como exemplo citou 1991, quando vencem 15 bilhões de dólares.

O presidente do BC, depois de desculpar-se com a imprensa pela "aparente desatenção", disse que muitas informações divulgadas nas últimas semanas são verdadeiras enquanto outras — segundo ele — não passam de especulação. Entre as informações fundamentadas, ressaltou a janela de negociação, o sistema de carência, a exclusão dos bancos brasileiros da renegociação com os consequentes ajustes do mercado interbancário e das linhas de crédito para o comércio e a disputa entre os bancos e o Brasil quanto às taxas de risco sobre a dívida reescalonada.

O presidente do Banco Central disse, ainda, que a eleição de Tancredo Neves não interferiu na negociação, nem em sua decisão de retornar ao Brasil para consultas. Também acrescentou que não tomará a iniciativa de procurar um contato com a assessoria econômica do futuro Governo, mas ressaltou: "No momento em que o Presidente eleito desejar, terá acesso a todas as informações sobre a negociação".

Questionado se traria alguém ligado a Tancredo para o terceiro round de conversas com os banqueiros, desconversou: "Até o dia 15 de março continuaremos negociando", disse.

Pastore fez questão de ressaltar que a decisão de não pedir dinheiro novo em 1985 não implica que o futuro Governo não poderá fazê-lo.

O diretor da Área Externa do BC, José Madeira Serrano calculou que o Brasil deverá pagar, este ano, cerca de 12 bilhões de dólares de juros da dívida, um total exatamente igual a projeção estimada para o seu superávit da balança comercial no final deste ano. Ele destacou que o Brasil fechou o mês de dezembro com reservas estimadas de 3 bilhões de dólares, contra 3,5 bilhões de reserva negativa em dezembro de 1983.

— Nós trabalhamos com uma projeção da libor a 11,5% (aproximadamente 3% acima do atual valor). Disse, também, que para fazer sua projeção o Brasil procedeu considerando um aumento substancial no preço do petróleo que, na verdade, vem caindo nos mercados internacionais.

Outra hipótese pessimista é a projeção feita para o aumento das importações. Segundo Serrano, a equipe econômica projetou um aumento de importações de 14% e, excluindo o petróleo, um aumento de 25% de outros produtos. Mas, paradoxalmente, a economia deverá reagir mais devagar e esses índices poderão ser menores.

Em Nova Iorque, banqueiros reagiram com alguma surpresa à interrupção das negociações. Eles temem que, com Pastore de volta ao Brasil, as pressões sobre a futura equipe econômica possam acabar "politicizando" a discussão da dívida.

FRITZ UTZERI

Correspondente